

A INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ALUNOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

SABRINE VASCONCELOS GUIMARÃES¹-FLF
RAFAEL LUAN FERREIRA DA COSTA;

Introdução

O presente trabalho visa abordar de forma clara e sucinta as contribuições da psicologia na formação escolar dos alunos com deficiência, que participam do programa de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e como os profissionais de ambas as áreas podem colaborar de maneira positiva no processo de inclusão. Com isso, podemos levar em consideração algumas dificuldades enfrentadas durante esse processo, procurando fazer uma interligação com a inclusão social.

Contudo, é necessário que façamos um breve resgate sobre o histórico da psicologia mediante as práticas inclusivas, e também abordar os objetivos e funções do programa de Atendimento Educacional Especializado.

Originalmente, a expressão educação inclusiva surgiu na luta de profissionais da área de educação especial e na reivindicação do ingresso de alunos, chamados de portadores de necessidades educativas especiais (antes chamados de portadores de deficiência) nas escolas regulares, e não apenas nas escolas especiais (Anache & Martínez, 2007; Mittler, 2003), o que exigiu uma luta social por políticas públicas de educação que garantissem esse direito (Patto, 1999; Prieto, 2005). Uma outra noção intimamente ligada à educação inclusiva é a de diversidade e diferença e a exigência de que a escola seja um espaço que acolha a pluralidade étnica, social e religiosa (Kassar, Arruda, & Benatti, 2007; Patto, 1999; Prieto, 2005). Mas, recentemente, as políticas de ação afirmativa também configuram um discurso de inclusão (Oliveira, 2005).

A Educação Inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal, a inserção social de todos e a construção de uma escola de qualidade. O processo de inclusão, estando sempre em permanente construção, vem aos poucos diminuindo as fronteiras entre a educação, escola, sala de aula regular e sala do AEE. Dessa forma, iniciam um processo de ressignificação de padrões conceituais e organizacionais, planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, e gestão de processo educativo em sua totalidade. Podemos afirmar que a inclusão escolar sugere a instabilidade, a busca constante de alternativas pedagógicas diferenciadas, que não estão postas como guias. Ensinar e aprender não podem ser mais atribuídos ao professor e ao aluno respectivamente, mas à rede que o processo educativo incita.

Ao longo da história da Psicologia a educação inclusiva vem se mostrando como um desafio. Este pode ser traduzido como uma mescla de novas perspectivas e métodos com as mais diversas críticas aos resultados obtidos.

Refletir sobre a educação inclusiva implica pensar nas relações entre psicologia, práticas educacionais e educação especial, e, conseqüentemente, no papel social do psicólogo. Segundo Campos (1996), a história da ciência psicológica vem nos mostrando que a atuação do psicólogo, seja na educação, seja em outra área possível, jamais é neutra e responde a demandas que se inscrevem em um contexto político, econômico, social e cultural, estando sujeita a suas especificidades.

Portanto, o resultado da intervenção do psicólogo pode ser bastante diverso das suas propostas iniciais, e, conforme denuncia Patto (1984), pode vir a legitimar práticas sociais que levam aos mais diversos tipos de discriminação.

Definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o Atendimento Educacional Especializado é gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e deve ser oferecidas de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. De acordo com o decreto, o Atendimento Educacional Especializado compreende um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucional e continuamente, prestados de forma complementar aos mesmos.

Nessa perspectiva, o psicólogo tem como objetivo prestar apoio psicológico às crianças com alguma deficiência e seus familiares, prestar auxílio aos professores e orientadores para conseguirem lidar com as diferentes formas de ensinar e de assistência a essas crianças e, principalmente, acompanhar o desenvolvimento desta inclusão junto com a criança para que não haja a exclusão e preconceito contra o mesmo.

Método

Para a realização desta pesquisa, surgiu um grande interesse pelo tema abordado, após ter seguido a leitura dos autores Martinez (2007), Antunes (2003), Declaração de Salamanca e segundo o texto Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva SEESP/ MEC.(2007) conseguiu-se obter uma clara problemática diante o papel do psicólogo no AEE e que vai de encontro com os diversos pensamentos apontados durante a leitura do tema.

Tendo em vista que somos Professoras do AEE na rede municipal de ensino da cidade de Sobral-CE, e, além disso, acadêmicas de Psicologia, partindo de um pressuposto de como tem sido o nosso dia-dia, percebemos a necessidade de desenvolver o assunto abordado. Pois, nota-se uma grande carência de profissionais da área de psicologia no AEE, onde os mesmos seriam de tamanha importância para a formação dessas crianças que participam do programa de Atendimento Educacional Especializado, e que passam por um grande problema de aceitação da sociedade e, mais especificamente, da escola.

Diante da compatibilidade do assunto O Atendimento Educacional Especializado promove condições para que o aluno desenvolva-se em classe comum. Trata-se de uma função complementar ou suplementar à formação por meio da disponibilização

de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. De acordo com o trabalho realizado nas escolas temos como objetivo propor ambientes inclusivos, ações que devem ser adotadas na direção de reconhecer e valorizar as multiplicidades humanas, mais do que as diferenças, para que as condições de acesso, atividade e participação dos alunos se concretizem, a partir do potencial de todos e de cada um. Ao contrário do que se pensa e se faz, as práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado para alguns alunos, mas sim um ensino diferente para todos, em que os alunos tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminações e adaptações.

Ademais, temos conhecimentos que as habilidades dos profissionais de psicologia e seus conhecimentos acerca da inclusão de crianças com deficiência nas classes regulares, do desenvolvimento de programas de ensino e na orientação a pais, professores e outros especialistas, se constituem como elementos essenciais para beneficiar projetos educativos que favoreçam a educação para todos (Ysseldyke e Geenen, 1996; Martínez, 2005).

Temos conhecimento de que, no interior das escolas, há diferentes formas de exclusão, seja na organização endógena de seus sistema de gestão, seja na proposta de atendimentos, que acabou assumindo um caráter mais social, do que educacional, e isso colaborando para que alguns preconceitos sejam mantidos no ambiente escolar, principalmente do desrespeito a incapacidade de aprendizagem de alguns alunos com deficiência. Com isso, destacamos que não há psicólogos nas escolas publicas, não restam duvidas que o psicólogo seja de suma importância para dar suporte ao professor do AEE e contribuir para um melhor desenvolvimento de aprendizagem dessas crianças.

Observa-se que nas instituições de ensino privado vem a ser exigido do psicólogo escolar novas formas de atuação e novos meios de comparecer a escola. Valendo salientar que essa exigência demanda da área da psicologia, o rompimento com práticas fundamentadas pelo viés da clinica no atendimento a queixa escolar, e mais recentemente no atendimento alunos com deficiência, sendo sempre apoiado pelas politicas de promoção a educação inclusiva, quem vem se tornando bastante frequente nas escolas.

Para atuar nessa direção, se faz necessário que o profissional da psicologia garanta a construção tanto de uma identidade quanto de uma formação profissional consolidada em pressupostos críticos, pois muitas vezes, o psicólogo escolar coaduna com as representações dominantes no meio escolar que se expressam em ações profissionais que não favorecem o processo de inclusão escolar (CRUCES,2005; MARTINEZ, 2005)

Para findar buscaremos contemplar nessa pesquisa a importância do trabalho em conjunto, psicólogo e professor do AEE, onde os mesmos possuem objetivos em comum, relacionando pratica e teoria. Pois a teoria é completa, mas as praticas ainda estão passando por transformações e mudanças, deixando a desejar em vários aspectos, como a ausência do psicólogo nas escolas publica. O profissional de psicologia apenas passa a ter contato com algum aluno quando este é encaminhado

para algum centro de apoio de saúde, mas as vezes existem barreiras que impedem esses encaminhamentos. Mesmo quando há o acesso ao psicólogo nos centros de saúde, isso não substitui a necessidade do psicólogo na escola, já que a função deste profissional é dar suporte ao professor e a transformação de práticas escolares excludentes, efetivando uma escola de fato inclusiva.

Resultados e Discussões

Queríamos abordar algo relacionado a uma inquietação que vem surgindo no nosso cotidiano, lembrando que somos professoras do Atendimento Educacional Especializado e estudantes de psicologia. O nosso tema vem se tornando cada vez mais necessário, já que vivemos em uma sociedade que se “diz” inclusiva.

Tivemos como embasamento teórico a colaboração: Martinez (2007); Antunes (2003); Cruses (2005); Ysseldyke e Geenen, 1996; Declaração de Salamanca e o texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva SEESP/ MEC.(2007).

.A partir das leituras e de nossa experiência no AEE, confirmamos o carcer do papel do psicólogo na formação dos alunos com deficiência, pois os autores e documentos fortaleceram com suas teorias, os nossos desafios e dificuldades dentro da escola. É evidente que uma das grandes dificuldades que enfrentamos no AEE seja a falta de trabalho em conjunto, pois não temos grande suporte no cotidiano da realização de nossas atividades no AEE, somente formações mensais concedidas pela prefeitura municipal, que são ministradas por uma psicóloga especializada em inclusão escolar, que apesar de relevantes, não são suficientes, principalmente, no tocante à discussão das dificuldades enfrentadas na rotina escolar. Tendo em vista que não é suficiente, pois as dificuldades se fazem presentes em nosso dia a dia, e os demais profissionais da educação que trabalham na escola nem sempre tem muitos conhecimentos sobre essa área, nos falta um profissional de psicologia, para que possamos fazer os devidos encaminhamentos e trabalhar em conjunto com os professores, e a escola como um todo, que nem sempre tem amparo necessário para resolver todos os problemas que surgem, por isso se faz necessário um profissional especializado.

Diante desta realidade que enfrentamos atualmente com nossos alunos, e já com uma visão mais ampla sobre onde a psicologia escolar poderia estar auxiliando nesse programa que promove a inclusão desses alunos com deficiência, poderíamos ressaltar que seria bastante viável a inserção de estudantes de psicologia no contexto escolar, através de convênios realizados entre as instituições de ensino superior (IES) e a prefeitura. Seria uma relevante forma de aproximar a psicologia escolar da escola pública, e mais especificamente do AEE, buscando fortalecimento do processo de inclusão.

Conclusões

Este trabalho é o culminar de um estudo que exigiu uma reflexão do papel do psicólogo na formação de alunos que participam do programa de atendimento educacional especializado. Tendo em vista que, em nossa sociedade, a inclusão

ainda constitui um desafio social. Porque simplesmente, esta dita sociedade possui barreiras para separar as escolas regulares dos alunos com necessidades especiais. A primeira, e mais difícil, é o preconceito. A segunda é a estrutura física, que embora não seja tão difícil de ser superada, o poder público não tem disponibilizado verbas suficientes para que estas barreiras sejam superadas. Outra barreira é a falta de conhecimento a respeito dos direitos dos deficientes por parte dos seus familiares. Como lutar por direitos se não se sabe nem mesmo que eles existem. Entretanto, apesar de toda e qualquer dificuldade, nada deve impedir que a inclusão aconteça.

E é nessa relação de em que o professor, dotado de sensibilidade e atuando como o mediador, instiga o outro ao confronto consigo mesmo, tendo a premência de um psicólogo para facilitar o processo de formação da criança.

Em meio às reflexões já mencionadas, não podemos deixar de citar que o AEE promove condições para que o aluno desenvolva-se em classe comum. É uma função complementar ou suplementar a formação por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Podemos perceber claramente que ao propor ambientes inclusivos, ações devem ser adotadas na direção de reconhecer e valorizar as multiplicidades humanas, mais do que as diferenças, para que as condições de acesso, atividade e participação dos alunos se concretizem, a partir do potencial de todos e de cada um. Ao contrário do que se pensa e se faz, as práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado para alguns alunos, mas sim um ensino diferente para todos, em que os alunos tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminações e adaptações. Vale ressaltar que é de suma importância a participação do profissional de psicologia para contribuir na escola, especialmente, no contexto da inclusão de alunos com deficiência e outras necessidades educacionais especiais.

Este estudo foi realmente bastante instrutivo e enriquecedor para nossa formação, elevando o grau de conhecimento do papel que o psicólogo escolar exerceria na escola pública e também focando no apoio aos professores do AEE, sugerimos algumas ideias que possivelmente facilitariam no processo de formação desses alunos. Obtivemos maiores esclarecimentos através da nossa experiência acadêmica na psicologia e como professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

MARTINEZ, Albertina Mitjás. Inclusão escolar: desafios para o psicólogo. In: MARTINEZ, Albertina Mitjás

(Org.). *Psicologia escolar e compromisso social*. Campinas: Alínea, 2005. p. 95-114.

MEIRA, Marisa Eugênia; ANTUNES, Mitsuko Aparecida. *Psicologia escolar: práticas críticas*. São Paulo: Casa do

Psicólogo, 2003.

MRECH, Leny Magalhães. O que é educação inclusiva? *Integração*, v. 10, n. 20, p. 37-40

ANTUNES, M.A.M. Psicologia e Educação no Brasil: um olhar histórico crítico. In: MEIRA, M.E.M. ANTUNES, M.A.M. Psicologia escolar: Teorias críticas, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003

[Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011](#)

Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE

[Resolução nº 04 CNE/CEB, de 02 de outubro de 2009](#)

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Antipoff, H. (1992). Educação dos Excepcionais. Em COLETÂNEA de Obras Escritas de Helena Antipoff - Educação do Excepcional (pp.149-150). Belo Horizonte: Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff.

Aun, J. G. (1994). Transformações no Conceito de Excepcionalidade em Instituições Organizadas Sob a Influência de Helena Antipoff. Em Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. Belo Horizonte: Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, 14, n.12, 8-26.

Bueno, J. G. S. (1993). Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC.

Lüscher, A. Z. de C.(1999). Educação Especial: inclusão e exclusão. Em Presença Pedagógica, 5, n.28, 81-84.

Patto, M. H. S. (1984). Psicologia e Ideologia. São Paulo: T.A. Queiroz.

Wanderley, F. (1999). Normalidade e Patologia em Educação Especial. Em Psicologia: Ciência e Profissão, 19, n.2, 2-9.